

Espaço simbólico da fronteira e as práticas cotidianas da comunidade quilombola

Symbolic space of the borderland and daily practices of the quilombola community

Cristóvão Domingos Almeida¹

Joel Felipe Guindani²

Simoni Silva³

Resumo

O presente artigo versa sobre o espaço simbólico da fronteira como campo de limites e possibilidades no sentido da inter-relação étnica, cultural e social. Pretende demonstrar que o cenário de fronteira, que por vezes é visto como zona de conflito, pode apresentar-se como espaço privilegiado, de possibilidades, acesso, comunicação e de autoafirmação. Emerge na discussão a fronteira enquanto espaço cultural, o lugar de encontro entre o eu e o outro. O campo de análise é a Comunidade quilombola Campina de Pedra (MT), a qual nos oferece uma realidade onde a fronteira é privilegiada por suas experiências de vida, tradições culturais, e lutas por direitos. Evidenciam-se, nesse cenário, as possibilidades de autonomia e empoderamento dos sujeitos, além do fortalecimento do diálogo e da ampliação das interações sociais enquanto dimensões que respeitam a história e os contextos e que em sua essência fazem parte de um universo que não desenha fronteiras.

Palavras-chave: Fronteira. Práticas cotidianas. Cidadania. Quilombola.

Abstract

This article deals with the symbolic space of the borderland as a field of boundaries and possibilities concerning ethnical, cultural and social inter-relation. It intends to show that the borderland scenario, which is at times seen as a conflict zone, can be a privileged space

¹ Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Educação e graduado em Relações Públicas. E-mail: cristovaoalmeida@gmail.com

² Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutorando em Comunicação e Informação na UFRGS, mestre em comunicação e graduado em Rádio e Televisão. E-mail: j.educam@gmail.com

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: simonisolva05@hotmail.com

of possibilities, access, communication and self-affirmation. It emerges in the discussion the frontier as a cultural space, the place where the “I” can meet with the “Other”. The field of analysis is the quilombola Community Campina de Pedra (MT), which offers us phenotypes of a reality where the borderland is privileged for its life experiences, cultural traditions and the fight for rights. The possibilities of autonomy and empowerment of subjects are evident in this scene, besides the strengthening of dialogue and the enlargement of social interaction as dimensions that respect history and contexts and that, in their essence, are part of a universe that does not draw borders.

Keywords: Borderland. Daily practices. Citizenship. Quilombola.

Introdução

A pertinência e a atualidade da discussão do conceito de fronteira podem facilmente ser constatadas pela multiplicidade de centros e instituições acadêmicas voltadas ao tema e pela sua ampla contribuição nas ciências sociais. A diversidade de sentidos provindas das análises e teorizações sobre fronteira varia conforme pontos de vistas, categorias da historicidade, análises e sub-áreas do conhecimento.

Na discussão teórica sobre fronteira cultural, a própria noção de cultura tem sido entendida como lugar enunciativo, um lugar de exposição e proposição, entendida não predominantemente como limite, mas como lugar de intersecção, um “entre-lugar”, de negociações culturais e hibridismo (SILVA, 2008). Essa conceituação será substancial e basilar para a reflexão que propomos.

Estudos que tratam de temáticas sobre fronteira ou de fronteira tendem a suscitar ideias que remetem à condição de contextos conflitantes, desde as fronteiras entre os gêneros, fronteiras geracionais, até chegar às fronteiras entre países ou continentes. É no seio dessa emaranhada relação entre as fronteiras da identidade, da etnicidade, do acesso - ou não - a determinados espaços e meios, que este trabalho se insere.

A fim de contrapor esses processos de resistências e/ou contingências inerentes ao campo simbólico evidenciado pela fronteira, analisaremos a realidade construída e vivenciada por moradores da Comunidade Campina de Pedra. Situada no município de Poconé, Mato Grosso, Campina de Pedra, nos ofereceu subsídios sob os quais evidenciamos uma nova fronteira, refletida para além de um cenário de resistências, elucidando um contexto de possibilidades entre àqueles considerados os “de cá” e os “de lá”.

1 Breve discussão sobre “Fronteira”

A expressão “fronteira” origina-se do latim *frontaria*, significa o território que ficava em frente ou nas margens (MULLER apud ZIENTARA, 2003, p. 58). A concepção tradicional é de fronteira como barreira, limite, corte, descontinuidade, e em maior parte ligada a recortes territoriais.

Nos estudos contemporâneos sobre “fronteira” têm-se privilegiado análises das fronteiras política (enfoque nas políticas do Estado), econômica (“fronteira de recursos”), social (fronteiras agrícola e/ou corporativista) e demográfica (BROWDER & GODFREY, 2006). A fronteira cultural, enquanto lugar de encontro e desencontros de diferentes culturas, ainda não se encontra expressivamente um estudo destacado, senão nos estudos limitados aos processos de territorialização e delimitações geográficas. Assim, faz-se pertinente os estudos que tenham como objetivos, inclusive, estabelecer as conexões entre a “fronteira cultural” e outros fenômenos em sua materialidade, em um determinado contexto, evidenciando a historicidade e a multiplicidade dos processos de construção pelos diversos sujeitos sociais (SILVA, 2008).

Dito de outro modo, as fronteiras - internas ou externas, do ponto de vista dos Estados nacionais ou dos grupos étnicos (pois ambos definem de maneira semelhante a diferença em termos de “nós” e “eles”, “dentro” e “fora”, “lá” e “aqui”) - podem ser pensadas como processos sociais paralelos de um mesmo processo histórico de organização estatal da diferença cultural (SILVA, 2005).

O debate brasileiro sobre fronteira ganha centralidade nas produções de Sérgio Buarque de Holanda (1978) e José de Souza Martins (2009). Eles trazem reflexões comparativas ao debate da expansão para o Oeste defendida por Turner (1996). Conforme afirma Holanda, a fronteira:

[...] em nosso continente, não obstante, todas as diversidades étnicas e culturais, existem de norte a sul feições sociais com raízes idênticas, geradas da aplicação de velhas instituições e velhas idéias a uma terra nova e livre. Nesse sentido, pode-se mesmo dizer que, como o Oeste do historiador Frederick Jackson Turner, a América é antes uma forma de sociedade do que uma área geográfica (1978, p. 27).

Para contribuir com a discussão julgamos de especial pertinência as reflexões feitas por José de Souza Martins (2009), para quem a fronteira é um “lugar de encontros e desencontros”, de alteridade, cuja característica é o conflito

social, no qual se “desencontram diferentes temporalidades históricas, pois cada um dos grupos está situado diversamente no tempo da história” (MARTINS, 2009).

Conforme afirma Martins (2009), a fronteira delinea processos de alteridade. Esta, por sua vez, possui o significado de se colocar no lugar do outro. Estabelece-se tentativas, como efetivações de relações interpessoais a partir de valores como: consideração, valorização, identificação e o diálogo.

As ações de alteridade se conectam aos relacionamentos tanto entre indivíduos quanto entre grupos culturais religiosos, científicos, étnicos, entre outros. Na relação alteritária, estão sempre presentes os fenômenos holísticos da complementaridade e da interdependência, no modo de pensar, de sentir e de agir, onde o nicho ecológico, as experiências particulares são preservadas e consideradas, sem que haja a preocupação com a sobreposição, assimilação ou destruição destas. A prática da alteridade conduz da diferença à soma nas relações interpessoais entre os seres humanos revestidos de cidadania. Pela relação de alteridade é possível exercer a cidadania e estabelecer uma relação pacífica e construtiva com os diferentes, na medida em que as pessoas identifiquem o outro, entendam e aprendam a aprender com a diversidade e com as diferenças.

Sob este contexto, a alteridade denota a relação de opostos: de aversão e adesão, de construção e desconstrução, de identificação e separação. Desse modo, entendemos a fronteira, como um espaço de alteridades, isto é, não mais como espaço divisório *sine qua non*, mas de possíveis identificações e consensos (MARTINS, 2009).

A noção de cidadania, enquanto conquista coletiva, também tenciona os possíveis limites estabelecidos entre fronteiras. A conquista de direitos que garantem a liberdade individual de ir e vir, de propriedade, de expressão, liberdade de associação, de reunião, de organização e de participação política; o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, entre outros, proporcionam espaços de conversa, diálogo e aproximação entre regiões geograficamente separadas ou culturalmente diversas. Os espaços formados pela necessidade do debate sobre a conquista de direitos são característicos das lutas sociais permanentes, que definem o readequamento de fronteiras, de dimensões, como o próprio apagamento de limites.

Essas ações coletivas de construção e de conquista da cidadania demonstram que a fronteira não representa apenas um campo de enfrentamento.

Pode prevalecer a noção de barreira e de limite enquanto na fronteira perduram os discursos não democráticos, que levam à prática poderes aceitos e não questionados. Mesmo observada sob o limite intransponível, a fronteira pode ser tensionada pelo sentido de luta pela cidadania, como um movimento de mudança, de ampliação dos espaços de discussão, de visualização de direitos comuns.

Segundo Cicília Peruzzo (2008), os campos de confronto gerados pelos regimes totalitários, como a escravidão, consolidaram, durante séculos - além das inúmeras atrocidades contra os direitos à vida e à liberdade de expressão -, fronteiras rígidas e intransponíveis. Somente mediante a pressão e união de forças e de permanentes ações coletivas contrárias é que esta fronteira foi se tornando insustentável.

A efervescência coletiva gerada pela consciência e sentido de cidadania aproxima e amplia os espaços para a atuação de sujeitos até então situados em fronteiras difícil compreender o sujeito alheio aos seus entornos relacionais, os quais o lançam, incessantemente, para além de sua individualidade. Esse aspecto social e coletivo da cidadania está relacionado aos movimentos que projetam as visões e ações coletivas para além de uma fronteira ou de um círculo delimitado ou até então estável e de fácil compreensão.

Emerge um tempo em que as classificações e rótulos estanques sobre os cenários e contextos de luta pela cidadania parecem perder a eficácia, pois projetam-se novas possibilidades técnicas e sociais de um coletivo poder “ir além” de um espaço relacional limitado, especialmente pelo avanço e concretização dos espaços democráticos, bem como pela facilitação que as novas tecnologias de comunicação e informação proporcionam. Vale enfatizar, que a presença dos meios de comunicação, que transpassam barreiras geográficas e culturais, reconfiguram não apenas a dimensão simbólica, mas, sobretudo, as próprias dimensões de tempo e de espaço. Desses novos espaços de interação social despontam outras articulações, mais amplas e integradoras da diversidade e de novos sentidos sociais sobre a cidadania, mobilização e o cruzamento de fronteiras.

Porque a partir da onipresença da mídia, as sociabilidades acabam sendo conformadas por ela, de maneira que as organizações e os indivíduos, em regra, buscam produzir seus próprios efeitos midiáticos, introjetando formas de fazer específicas do mundo comunicacional (GOMES, 2008, p. 27).

Por esse caminho, as formas de organização e de mobilização social, cada vez mais subsidiadas pela produção de informação e de sentidos que transcendem um espaço restrito ou delimitado, apresentam um novo modo de pensar e compreender as relações fronteira não apenas pela ótica da tensão ou da repulsa. Ao tomarmos a cidadania como uma conquista que depende da articulação de informações e de ações concretas entre sujeitos distantes e portadores de diferenças, um modo relacional e complementar de fronteira se constitui.

2 FRONTEIRA E MEDIAÇÃO: os limites e possibilidade na comunidade Campina de Pedra

Para fazer a interlocução desta reflexão com a realidade e depositar materialidade ao processo de entendimento da metáfora fronteira, enquanto campo de limites e possibilidades, evidenciamos a experiência da Comunidade Campina de Pedra, localizada no município de Poconé, no Estado do Mato Grosso.

O espaço da comunidade Campina de Pedra é uma área perpassada pela rodovia MT 451, que divide ao meio as moradias das 45 famílias residentes na região. As casas das famílias seguem a orientação ao longo dessa rodovia. Campina de Pedra mantém diversas práticas culturais e comunicacionais como a oralidade, as danças, o canto¹, as festas religiosas, o trabalho coletivo, entre outras manifestações culturais.

No contexto da comunidade podemos evidenciar a nossa discussão nas questões acerca do acesso às políticas públicas para comunidades rurais negras brasileiras. Sabemos a respeito da privação de direitos sociais, civis e políticos vivenciadas pelo negro ao longo da história. Em todo processo de desmonte de políticas em prol das comunidades quilombolas e uma série de outras contradições, hoje estas comunidades e os próprios indivíduos têm conquistado uma nova realidade para os seus descendentes. Estes, por sua vez, apresentam um passado de lutas que resultou em um presente repleto de conquistas sociais, direitos garantidos e positivados.

¹ Dentre as práticas culturais mais preservadas estão as chamadas Dança do Siriri e Canto do Cururu.

A Comunidade Campina de Pedra nos traz exemplos em sua realidade, historicidade, totalidade e contradições que evidenciam nossos esforços de entender esta nova fronteira que demarca não mais um espaço de separação e limitações, mas de caminhos de exequibilidade. Por isso, a nossa argumentação pautada na vivência de Campina de Pedra perpassa por três dimensões: o acesso às políticas públicas por meio de programas, serviços e benefícios voltados às comunidades negras no Brasil; a questão da terra, por meio da luta por direitos até a regularização fundiária; e a comunicação e o diálogo entre fronteiras viabilizando novos horizontes a Comunidade.

2.1 UMA NOVA ERA: políticas públicas para comunidades quilombolas

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004, veio estabelecer novos espaços de conquistas aos quilombolas brasileiros. O PBQ possui como finalidade essencial a coordenação das ações governamentais – articulações transversais, setoriais e interinstitucionais – para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. As ações voltadas às comunidades quilombolas perpassam várias áreas como: acesso à terra, educação, saúde, saneamento básico, eletrificação, geração de renda, dentre outros.

O Programa também estabelece interlocução permanente com os entes federativos e as representações dos órgãos federais nos estados (ex: INCRA, IBAMA, Delegacias Regionais do Trabalho, FUNASA, entre outros), no intuito de descentralizar e agilizar as respostas do Governo para as comunidades remanescentes de quilombos. Os governos municipais têm, neste contexto, a responsabilidade, em última instância, pela execução da política em cada localidade.

As mudanças em Campina de Pedra se acentuaram com a execução do PBQ. Possibilitou-se a totalização da eletrificação nas residências, a construção de casas de alvenaria na comunidade, a instalação, em 2009, de sistema simplificado de abastecimento de água e, ainda, a construção de banheiros no final de 2010, após pleito e mobilização dos quilombolas junto à FUNASA.

Conforme o PBQ, as ações para o Plano Pluri Anual 2008-2011 apresentam ampliação em seu escopo. As considerações sobre a territorialidade das comunidades tradicionais, o seu reconhecimento pela ordem jurídico-

institucional vigente e sua inserção nos planos públicos de ordenação e fomento do desenvolvimento regional, além da forma peculiar como esses grupos mantém e ressignificam sua base identitária, balizam o estabelecimento de quatro eixos para o delineamento das ações junto às comunidades remanescentes de quilombos, no PBQ (SEPPIR, 2011).

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS presente na consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infra-estrutura e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL que projeta os modelos de desenvolvimento local, baseado nas características territoriais e na identidade coletiva, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política; o CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL que instiga o estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o seu acesso ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu desenvolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município brasileiro; e, por fim, mas não menos importante, a REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA que visa as ações de resolução dos problemas relativos à emissão do título de posse das terras. É a base para a implantação de alternativas de desenvolvimento, além de garantir as reproduções físicas, sociais e culturais de cada comunidade.

2.2 A Regularização fundiária e a conquista da terra

Essa linha tênue da fronteira, onde se manifestam caminhos de limites e possibilidades, possui materialidade quando remetemo-nos a saga histórica do negro pela conquista do direito a terra. A busca por este direito social é histórica e data desde as primeiras ocupações no território de Campina de Pedra. A terra é o elemento fundamental e que singulariza o modo de viver e produzir das comunidades quilombolas. Ancestralidade, resistência, memória, presente e futuro sintetizam o significado da terra para essas comunidades, fortemente marcadas pela tradição e respeito aos bens naturais como fonte garantidora de sua reprodução física, social e econômica (PBQ, 2004). Portanto, terra e quilombo são troncos entrelaçados.

A principal atividade econômica da comunidade é a agricultura familiar. Os quilombolas passaram a utilizar as terras da Campina de Pedra, local onde residem, para o cultivo de feijão, milho, arroz, mandioca, banana, cana-de-açúcar e outros produtos que compõem a agricultura de subsistência.

Todavia, o processo de conquista desta terra perpassou intensas dificuldades, limites e desafios, no entanto, tal preocupação encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, artigo 68, onde reconhece a posse definitiva da terra à comunidade como bem-comum, tornando o Estado obrigado a emitir os títulos correspondentes a toda comunidade de remanescentes quilombolas. Ou seja, a comunidade que obtém o reconhecimento como remanescentes de quilombo, obriga o Estado a iniciar as tratativas com os fazendeiros, a fim de conseguir a desocupação da área em favor dos quilombolas. Sendo assim, fica claro de que não é o cidadão que trata diretamente com os posseiros, mas sim o Estado, através do INCRA, que promove essa negociação.

Eis que se põe o primeiro desafio, pois a ausência desses esclarecimentos fez com que alguns quilombolas abandonassem as lutas por temer novamente o enfrentamento com os latifundiários. Os trabalhadores rurais ingressaram no mundo do trabalho assalariado, especialmente nos serviços braçais nas fazendas, motoristas de ônibus escolar rural, professores da educação básica, agentes de saúde, artesãs, enfim, atividades em sua maioria desprovidas de direitos trabalhistas e ainda envolvendo um processo de distanciamento de suas raízes culturais e de sua luta pela terra.

Somente a partir dos anos 2000, incentivados pelos pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), iniciaram o debate sobre o reconhecimento da Campina de Pedra como sendo uma comunidade quilombola. Esse diálogo se intensificou ainda mais com adesão de lideranças das comunidades vizinhas. Essa força das comunidades fez com que em 2003 ingressassem na Fundação Cultural Palmares com o processo de certificação. O resultado do pleito saiu em 2006, reconhecendo Campina de Pedra e as demais comunidades do entorno como sendo território onde vive os remanescentes de quilombos. Para serem reconhecidos, atravessaram as etapas da auto-identificação dos moradores da comunidade como sendo descendentes de escravos e, depois que eles se assumiram como quilombolas, foram verificados o processo histórico vivido pelo grupo, as narrativas dos acontecimentos, as suas práticas socioculturais e comunicacionais, a difusão da oralidade, as afinidades étnicas, as suas tradições, a religiosidade, as interações sociais, a solidariedade e a cooperação praticadas entre os moradores, além, é claro, das suas formas de subsistência.

Por fim, todas as 33 comunidades remanescentes de quilombo localizadas no município de Poconé receberam da Fundação Cultural o reconhecimento de

comunidade quilombola. Em Mato Grosso esse número chega a 65 comunidades quilombolas certificadas.

Este processo de movimento da realidade local gerou empoderamento entre os sujeitos. De acordo com a liderança, quando querem atualizar-se sobre os projetos, os mesmos ligam diretamente para os órgãos responsáveis e localizam o andamento do processo. Foi assim que souberam da liberação do dinheiro para construção dos banheiros, por exemplo.

A partir das informações, sem intermediários, os quilombolas ganharam autonomia para lutar pelos seus próprios pleitos e fazer as cobranças necessárias para que as suas necessidades sejam atendidas. Se antes eles eram facilmente convencidos a aceitar as primeiras informações que recebiam, agora têm a oportunidade de confrontar as diversas informações que recebem; uma busca que só é possível por conta da disponibilidade do acesso a *informação e a comunicação* na comunidade.

3.3 COMUNICAÇÃO E FRONTEIRA: os de “lá” e os de “cá”

Na separação simbólica que a metáfora fronteira alude, a primeira impressão é a de divisão entre lados distintos, onde temos o lado de “lá” e o lado de “cá” desta linha. Em suma, vimos até esse momento que a fronteira cultural, o reconhecimento do diferente tem trazido inúmeros benefícios ao espaço do quilombo. Não obstante, há na atualidade, maior comunicação entre as partes, demonstrando mais uma vez as possibilidades da fronteira.

Campina de Pedra foi a primeira comunidade a receber eletrificação rural e posto telefônico. Mesmo com o ingresso dos meios de comunicação, os quilombolas mantêm as resistências culturais, mas nem por isso se isolam em si mesmos, deixando de estabelecer contatos com quem pensa e age diferente, pelo contrário, buscam informações em ambiente externo à comunidade e nos meios de comunicação para ressignificar e fazer uso desses conhecimentos em seus cotidianos. Nesse sentido, a comunicação é potencializadora das lutas e das práticas culturais.

Atualmente, no quilombo, existem diversas possibilidades de mediação tecnológica: televisão, rádio, celular e internet, que permitem, por meio de sua apropriação e consumo promoverem a ampliação das práticas comunicacionais. Estas ferramentas logo expandem para maior comunicação da comunidade com o exterior. Os quilombolas buscam também garantir a expansão desses meios de comunicação como fonte de acesso e também de permanência na comunidade.

As atividades internas são estratégias e táticas (CERTEAU, 1994) praticadas pelos quilombolas para preservar as práticas comunicacionais e culturais, valorizando as interações sociais, as lembranças, a união, a solidariedade, a cooperação e a participação coletiva. Essas relações dentro e fora da comunidade emergem do sentido de coletividade. Tais manifestações coletivas, concretizadas em formatos de organização social são, também, marcas de resistência dos quilombolas, pois, diante das dificuldades históricas enfrentadas, eles mantêm a cooperação mútua, o espaço de reflexão, planejamento e buscam os mecanismos necessários para construção da cidadania.

A divulgação da cultura como a dança do siriri e o canto do cururu, os quilombolas recebem diversos convites para se apresentarem nos eventos de órgãos públicos no município e também em outras administrações do interior do estado. É nesses espaços que os quilombolas encontram alicerces para reforçarem, por meio da dança, as suas lutas históricas em prol da ampliação da cidadania.

Ao aproximar a dança, neste caso, a comunicação corporal com a tradição, a resistência cultural e a memória coletiva é como se os remanescentes de quilombo se preparassem para revelar a sua própria história, transmitindo alegria entre as pessoas e também denunciando, com a prática comunicacional, as tentativas de imposições e dominação, mas, ao mesmo tempo, anunciando que esses elementos unem os sujeitos, fortalece as trocas e as relações sociais.

Estes apontamentos nos levam a entender que o objeto em estudo no campo da fronteira cultural e simbólica, presente nos ritos e rituais oriundos da cultura da comunidade, tornam-se momentos e espaços de encontro e trocas culturais. Diante disso, o acesso aos meios de comunicação corrobora nas reivindicações pela qualidade de vida, em prol da geração de renda, acesso a serviços sociais e na construção e ampliação da cidadania. Por fim, evidencia-se a comunicação entre fronteiras simbólicas e étnico-culturais como ferramenta de acessibilidade, inclusão e cidadania.

Considerações finais

O grande desafio na atualidade reside na construção de novas bases de diálogo, quando se propõe aprender a conviver com o que é diferente, transformando em novos laços de convivência o que supostamente os separa. Acredita-se que esse *caminho do meio*, passa necessariamente pelo

reconhecimento do “outro” e pelo respeito ao seu direito de permanecer diferente.

Entendemos que é necessário realizar a reflexão sobre fronteira enquanto campo de resistências e disputas pela ampliação do acesso, garantia de direitos e exercício cidadão, como vimos evidenciado em alguns exemplos da realidade da comunidade quilombola Campina de Pedra. Por fim, entre questionamentos endereçados à metáfora, cabe avaliar criticamente o significado da apropriação do termo e trazê-lo para um conceito ampliado, posto que este é, por natureza, algo dinâmico.

Por fim, é pertinente compreender a fronteira que, embora entendida como campo de repartição, sob a ótica da diferença étnica, cultural, da delimitação geográfica e das divisões simbólicas, viabiliza também uma porta de acesso entre os lados conforme nos prova o uso das ferramentas como o diálogo, as interações sociais e a plena expansão das formas de sociabilidade existente na realidade cotidiana dos sujeitos, fortalecida pela própria história e contextos, mas que em sua essência fazem parte de um universo que não desenha fronteiras.

Referências

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes. 1994.

GOMES, Pedro Gilberto; BRITTOS, Valério Cruz (Org.). *Comunicação e governabilidade na América Latina*. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Considerações sobre o americanismo. In: HOLANDA, S. B. de. *Cobra de vidro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MULLER, Karla. *Mídia e fronteira: jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Riveira*. 2003. 362 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Palavra Chave Revista*, v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Programa Brasil Quilombola*. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

SILVA, Cristhian T. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: a perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, DF, v. 2, n.1, p.113-140, jul, 2005.

SILVA, Idelma S. Fronteiras culturais e grandes projetos na Amazônia Oriental brasileira: por um campo de estudo: a etnização dos migrantes maranhenses. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO CENTRO DE ESTUDOS DO CARIBE NO BRASIL, 5, 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: CECAB, 2008.

STADNIKY, Hilda Pivaro. Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano. *Cyta-Ciência y Técnica Administrativa*, v. 6, n. 32, p.1-14, dic. 2007.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. 3rd. ed. New York: Dover, 1996.